



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003177-98.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória**
 Exeqüente: **ERICA DE SANTI DA SILVA**
 Executado: **MARANATA LTDA ME e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de embargos à execução fundada em nota promissória e cheque.

A embargante reconheceu a emissão dos títulos, acrescentando que isso se deu em decorrência da aquisição de estabelecimento comercial junto à embargada.

Ressalvou, porém, que a situação do estabelecimento informada pela embargada não correspondia à realidade, além da mesma ter descumprido obrigações que contraiu.

A pretensão deduzida pela embargante não merece acolhimento.

Com efeito, a eventual circunstância de ter sido cientificada de que o faturamento do estabelecimento adquirido estava em patamar diverso do real não compromete a higidez do negócio e muito menos dos títulos exequendos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Incumbia à embargante antes de ultimar a transação tomar todas as medidas para averiguar a real condição do empreendimento, reputando-se que assim obrou antes de emitir o cheque e a nota promissória em apreço.

Se não o fez, haverá de arcar com as consequências de sua incúria.

De resto, o possível descumprimento de obrigações assumidas pela embargada não tem igualmente o condão de trazer reflexos ao ajuste celebrado, inquinando-o de irregularidade.

A embargante deverá tomar as providências que considerar pertinentes para a resolução dos problemas apontados sem que isso interfira no desenvolvimento da atividade derivada do contrato trazido à colação.

Em suma, entendo que os títulos exequendos conservam os atributos que lhes são inerentes, de sorte que nada há a maculá-los.

Isto posto, **REJEITO** os embargos e determino o prosseguimento da execução em seus ulteriores termos, manifestando-se oportunamente a embargada a propósito.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 31 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**